

Pacheco pressiona por desoneração; governo tenta ganhar tempo

Tributos Folha de pagamento

Pacheco fala em 'compromisso político' do governo de rever MP da desoneração

— Segundo presidente do Senado, benefício fiscal aprovado pelo Congresso será mantido; equipe econômica articula tramitação de projeto alternativo ainda durante vigência da medida provisória

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aumentou a pressão sobre a equipe econômica ao dizer ontem que a desoneração da folha de pagamento será mantida até 2027, conforme aprovado pelo Congresso, e que existe um "compromisso político" para que o governo revogue a medida provisória baixada na véspera do Ano-Novo que restabeleceu o modelo anterior de impostos. "Há o compromisso do governo federal de reeditar a medida provisória, para revogar a parte que toca na desoneração da folha de pagamento. Esse é o compromisso político que fi-

zemos, e é assim que vai acontecer e se encaminharem as coisas", disse ele, durante evento promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Zurique, na Suíça. A MP original foi condenada no meio político, que pede a sua devolução ao Executivo. Além de revogar a desoneração das empresas até 2027 e instituir uma reoneração gradual, o texto também veta o corte de tributos sobre a folha de municípios de pequeno porte, limita o uso de créditos tributários obtidos na Justiça e prevê a extinção do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos).

"AMP da reoneração da folha seria muito ruim quando queremos manter a queda do desemprego no País", disse Pacheco.

Calendário
Benefício fiscal acabaria no fim de 2023 e, por iniciativa do Congresso, foi prorrogado até 2027

Apesar das declarações, a equipe econômica não desistiu de colocar em discussão a reoneração da folha de pagamento para os 17 setores atendidos pela política, mesmo que em um cronograma

mais gradual do que o inicialmente proposto. A intenção é que o tema seja objeto de um projeto de lei que tramite no Congresso ainda durante a vigência da atual medida provisória e que reúna todos os quatro temas em um único texto legislativo (*mais informações na pág. B2*).

Questionado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desconvensou sobre o acordo citado por Pacheco e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda quer conversar com o senador para definir uma saída para o impasse. Na visão do chefe da equipe econômica, o entendimento de Pacheco é de que os

quatro temas tratados no MP deveriam ser votados separadamente no Congresso.

"O que estou dizendo, o que o presidente Pacheco falou, e levei a Lula, é que, dos quatro temas, dois ainda não foram tratados pelo Congresso (*créditos e Perse*), e dois poderiam ser tratados de outra forma. Falei isso a Lula, e Lula disse 'quero me sentar para discutir isso'. E isso sobre a forma, não sobre o mérito", respondeu Haddad. ● ALINE BRONZATI/ENVIADA ESPECIAL A ZURIQUE e MARIANA CARNEIRO e BIANCA CARNEIRO/BRASILIA

DERRUBADA DE MP PODE AFETAR VALOR DE EVENTUAL CONTINGENCIAMENTO. PÁG. B2

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1